

## EUA - a politização do sistema estatístico



Por **MARCIOPOCHMANN\***

*Conhecimento da realidade e a independência técnica estatística como pilares da democracia.*

“A democracia morre na escuridão sem estatísticas oficiais”  
(Comissão Econômica das Nações Unidas para Europa).

O sistema estatístico oficial funciona como um espelho da realidade, embora seja também parte constitutiva dela. Em contextos autoritários, por exemplo, a manipulação dos dados estatísticos tem sido um dos instrumentos adotados para ocultar a verdade, justificando a fabricação de falsa realidade como ferramenta do domínio de consensos improváveis.

Sob tais contextos políticos autoritários, a estatística desloca-se da neutralidade científica para se moldar à omissão e/ou distorção da realidade, atendendo, assim, ao propósito da vigilância, controle e propaganda.<sup>1</sup> Ainda que não seja exclusiva do autoritarismo, a manipulação estatística com a falsificação de dados da realidade se fez presente no controle e propaganda dos regimes nazifascistas durante a primeira metade do século XX.

Tanto o nazismo na Alemanha quanto o fascismo na Itália utilizaram o aparato estatal e o sistema estatístico como meio da engenharia social para a ocultação de crimes e a legitimação pseudocientífica das políticas repressivas, racistas e expansionistas. No regime nazista, a estatística serviu para identificar, classificar e eliminar populações consideradas indesejáveis, como nos censos demográficos de 1933 e 1939 que terminaram embasando as Leis de Nuremberg constitutivas da estrutura legal para a perseguição sistemática dos judeus na Alemanha desde 1935.

Para isso, a colaboração entre o governo alemão e a Dehomag, subsidiária da IBM, por exemplo, possibilitou o uso das máquinas de tabulação que cruzavam dados populacionais com eficiência inédita. No Relatório Korherr (1943), elaborado pela SS nazista (Esquadrão de Proteção), definiu a diminuição da população judaica com o eufemismo da evacuação, camuflado na técnica do genocídio.

No caso do fascismo italiano, houve no governo de Benito Mussolini registros de manipulação de dados econômicos e demográficos na tentativa de construir a imagem de uma Itália próspera e em expansão. As estatísticas sobre natalidade e produção industrial, por exemplo, também foram infladas, enquanto os dados sobre a fome e o desemprego eram suprimidos.

### O caso recente dos Estados Unidos

O sistema estatístico dos Estados Unidos é um dos mais antigos e complexos do mundo. Sua criação e evolução refletem às demandas crescentes por dados para a formulação de políticas públicas, planejamento econômico e governança democrática que passaram a ocorrer concomitante com a própria consolidação do Estado nacional.

# a terra é redonda

Em 1790, apenas 14 anos após a Independência nacional, em 1776, os EUA constituíram o seu sistema estatístico oficial com a realização do primeiro censo demográfico. Naquele época, o censo foi conduzido pelo Departamento de Estado sob a ordem constitucional que exigia a contagem da população a cada 10 anos para definir a representação política no Congresso Nacional. Meio século depois, em 1840, o censo começou a coletar dados sobre economia e indústria, e, em 1890, o censo passa a ser processado com máquinas tabuladoras (Herman Hollerith, precursora da IBM).

A partir da década de 1930, com a experiência do *New Deal*, o sistema estatístico oficial se fortaleceu com a expansão das pesquisas e especialização institucional favoráveis ao embasamento da diversidade das políticas públicas (saúde, educação, criminalidade, transportes, agricultura, entre outras). A descentralização do sistema estatístico oficial ganhou impulso com várias agências federais sendo constituídas para atender a diversidade temática das políticas públicas.

Em 1997, por exemplo, o *Office of Management and Budget* (OMB) passou a coordenar o sistema estatístico nacional constituído por um grupo de 13 principais agências estatísticas federais (*Census Bureau*, *Bureau of Labor Statistics*, *Bureau of Economic Analysis*, *National Center for Health Statistics*, *National Center for Education Statistics*, entre outras).

Dessa longa trajetória, destacam-se as tentativas mais recentes de politização do sistema estatístico oficial dos EUA. No censo demográfico de 2020, por exemplo, ocorreu a tentativa do governo de Donald Trump de incluir perguntas sobre cidadania, vista como possibilidade de desestimular respostas de imigrantes, o que recebeu uma forte oposição técnica do *Census Bureau* e ação judicial da Suprema Corte para impedir a medida governamental.

Durante a pandemia da COVID-19, as tentativas de interferência sobre os dados de saúde, especialmente sobre contágios e mortes, também receberam pressão da sociedade científica e cobertura midiática, necessárias para manter a transparência das estatísticas oficiais. Além disso, foram sucessivos os constantes cortes e atrasos orçamentários às pesquisas durante o primeiro governo de Donald Trump.

Desde 2025, uma nova rodada de politização sobre o sistema estatístico oficial dos EUA ganhou mais força. Logo em janeiro do mesmo ano, a renúncia antecipada de Robert Santos do cargo de diretor do *US Census Bureau* que havia assumido em 2022 trouxe preocupações sobre a continuidade dos trabalhos do bureau em um momento crucial para a organização da próxima contagem populacional de 2030.

Seis meses depois, em julho de 2025, o presidente dos Estados Unidos demitiu a comissária do *Bureau of Labor Statistics* (BLS), Erika McEntarfer que havia iniciada no cargo em 2024, após a divulgação de dados que mostraram a desaceleração do emprego. O presidente Donald Trump acusou a chefe do *Bureau of Labor Statistics*, sem provas, que os números divulgados eram “manipulados para prejudicar os republicanos e a mim”, defendendo que a dinâmica da economia dos EUA não justificaria os dados estatísticos sobre empregos no país.

Agora em agosto, mais um ato de intervenção arbitrária no sistema estatístico dos Estados Unidos, com a ordenança do presidente Donald Trump ao Departamento de Comércio para iniciar os trabalhos preparativos do novo censo demográfico para 2030 com a exclusão dos imigrantes indocumentados. Com isso, a independência do *US Census* e a sua autonomia técnica – necessária do sistema estatístico daquele país – são esvaziadas. Também representa um afastamento significativo do processo estipulado pela Constituição, com potenciais consequências para a alocação de cadeiras no Congresso e verbas federais aos estados.

## Experiência brasileira

O Brasil incorporou no sistema estatístico oficial as pesquisas amostrais e de contas nacionais tardivamente, mantendo desde a sua criação, em 1871, o foco nas operações censitárias. Destaca-se que a origem das pesquisas amostrais no mundo remonta ao final do século XVIII, quando Pierre Laplace estimou, em 1786, a população da França por meio de uma amostra, enquanto Alexandre Chuprov introduziu, na década de 1870, os inquéritos ancorados em métodos representativos da população na Rússia Imperial.

# a terra é redonda

Mas foi no final da primeira metade do século XX que as pesquisas amostrais ganharam espaço nos sistemas estatísticos oficiais, como no ano de 1947 que marcou o início das pesquisas por amostragem nos Estados Unidos (*Current Population Survey*).<sup>2</sup>

Também no que diz respeito à definição e cálculo da taxa de inflação, observa-se que as primeiras metodologias foram adotadas no final do século XIX com o surgimento do índice de preços enquanto medida de variações proporcionais do conjunto amostral de preços ao longo do tempo. Partindo-se de pesquisas que definem uma cesta de consumo e a composição dos orçamentos familiares, o índice de preços ao consumidor (IPC) tem por objetivo medir as variações nos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias, permitindo o conhecimento de quanto as suas variações afetam o poder de compra real da renda dos consumidores e do seu bem-estar.

Os IPCs têm uma longa história. Os índices de Laspeyres e Paasche, ainda amplamente utilizados hoje, foram propostos pela primeira vez na década de 1870. Mas coube ao *Bureau of Labor Statistics* (BLS) dos Estados Unidos desempenhar um papel fundamental desde o ano de 1902, quando passou a publicar o índice de preços no atacado coletados desde 1891 e, após 1912, os índices de preços ao consumidor. Para isso, tornou-se necessária a coleta sistemática do conjunto amostral de preços da cesta de bens e serviços comprados para fins de consumo pelas famílias realizada a partir da amostra de estabelecimentos de varejo e serviços.<sup>3</sup>

Por fim, mas não menos importante, ressalta-se a que as primeiras tentativas de apresentação da contabilidade nacional ocorreram por iniciativa individual de pesquisadores do século XVII até a maior parte do século XIX, visando estimar a renda nacional e a riqueza dos países. Coube à William Petty, em 1665, oferecer para a Inglaterra a contabilidade nacional, enquanto Arthur Young, durante a década de 1770, estimou o valor agregado na Inglaterra.

Outros países foram introduzindo a contabilidade da renda nacional no sistema estatístico oficial, como em 1886 na Austrália, em 1925 no Canadá e na União Soviética, em 1929 na Alemanha, em 1931 na Holanda, em 1934 nos Estados Unidos, entre outros países. Mas o primeiro padrão global de contas nacionais somente surgiu no informe de 1947 do Subcomitê de Estatísticas da Renda Nacional pertencente ao Comitê de Especialistas em Estatística das Nações Unidas sob a liderança de Richard Stone. Assim, o sistema de contas nacionais se tornou público em 1953, com a iniciativa da Comissão Estatística das Nações Unidas de criar dados econômicos comparáveis internacionalmente, fundamentais para atender às necessidades de formulação de políticas governamentais e intergovernamentais.<sup>4</sup>

Apesar disso, o sistema estatístico oficial no Brasil constituído na década de 1870, com a criação da Diretoria-Geral de Estatística (DGE), em 1871, e a realização do primeiro censo demográfico no ano de 1872, manteve-se distante da realização de pesquisas amostrais e das contas nacionais. Até o final da década de 1920, por exemplo, coube à Diretoria-Geral de Estatística responder pela produção dos dados oficiais por meio tanto dos censos demográfico e agropecuário como do Anuário Estatístico do Brasil.

Com o surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938, a partir do Instituto Nacional de Estatística criado em 1934, o foco da instituição permaneceu na produção ampliada dos censos demográficos e econômicos e dos anuários estatísticos. Somente a partir da segunda metade da década de 1960 que o IBGE passou – ainda que gradual e tardivamente – a incorporar a metodologia de pesquisas amostrais domiciliares e de preços, bem como a realização das contas nacionais.

Diante da longeva ausência do IBGE nas pesquisas amostrais e contas nacionais, o sistema estatístico oficial terminou sendo parcialmente preenchido pelo setor privado, com riscos inerentes e constitutivos. No caso das medidas oficiais de inflação e do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma instituição privada fundada em dezembro de 1944 por decreto-lei do Estado Novo (1937-1945), terminou sendo responsável até os anos de 1980.

Desde o final da década de 1940, a FGV concebeu o Índice Geral de Preços (IGP) para ser uma medida de comportamento

abrangente da inflação em diferentes setores de atividade econômica. Em resumo, a composição da média aritmética ponderada do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

Nos anos de 1970, por exemplo, a taxa de inflação sofreu o impacto da intervenção dos governos da Ditadura Civil Militar (1964-1985). De um lado, a adoção de medidas voltadas ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, local da coleta dos preços dos gêneros alimentícios para o cálculo do índice oficial de inflação, bem como a oferta de crédito a setores econômicos em troca de menores reajustes de preços.

De outro, a manipulação propriamente dita, como no ano de 1973, quando a inflação oficial foi definida em 13,7%, enquanto o índice correto foi 26,6%. No início dos anos de 1980, a taxa de inflação sofreu expurgos de itens com maior aumento de preços, o que definia a manipulação à época como ajustamento nos índices de preços.<sup>5</sup>

Em relação ao cálculo do PIB, nota-se também a estranha interferência externa. No período em que as contas nacionais eram construídas pela FGV entre 1947 e 1980, por exemplo, uma parte da economia, como a parcela expressiva do setor terciário (serviços governamentais e financeiros e os aluguéis) terminou não sendo incluída no cálculo do PIB.

Em função disso, o questionamento se estabeleceu em torno da superestimativa do próprio crescimento da economia no período. Também em relação à “mudança metodológica” realizada em 1969 pela FGV houve desconfiança a respeito do crescimento muito acelerado do PIB durante a fase mais brutal da ditadura civil-militar.<sup>6</sup>

## O IBGE, um órgão de Estado, sob ataque

Após duas décadas de estabilidade institucional, com a troca de somente 4 presidentes (1995-2015), o IBGE percorreu uma profunda instabilidade, com o registro de cinco presidentes no período de apenas seis anos (2016-2022). Em função disso, a maior e mais importante instituição pública de pesquisa do Brasil conviveu com o esvaziamento de sua força de trabalho diante da ausência de concursos públicos, concomitante com a redução tanto do poder aquisitivo das remunerações – sem adequados reajustes salariais – como dos recursos orçamentários para a realização plena das pesquisas e estudos.

A novela do Censo Demográfico somente realizado em 2022, elucida o descaso governamental da época com o conhecimento da realidade e a independência técnica estatística do IBGE.

Desde 2023, contudo, o IBGE conta com a nova gestão que vem acompanhada da realização do maior concurso público dos quase 90 anos de existência, a recuperação do poder aquisitivo das remunerações e a multiplicação de mais de duas vezes do orçamento para pesquisas e estudos. Para, além do fortalecimento institucional, o movimento de modernização se encontra em curso, com a realização de pesquisas que estavam postergadas (Pesquisa de Orçamento Familiar, Pintec e outras).

Somente em 2024, o IBGE tornou público mais de 240 pesquisas e estudos sobre a realidade brasileira, seguindo critérios técnicos e transparentes, em conformidade com as melhores práticas internacionais. Apesar disso, a instituição tem sofrido mais recentemente diversos ataques provenientes dos ideólogos e militantes da extrema direita e do neoliberalismo.<sup>7</sup>

De forma mais explícita, alguns representantes do governo federal do período de 2019-2022 realizam constantes críticas abertas ao IBGE, sobretudo aos resultados das pesquisas. Após o ano de 2022, por exemplo, os ataques se mantiveram com frequência na mídia e redes sociais, inclusive pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.<sup>8</sup>

De toda a forma, o IBGE segue comprometido com sua recuperação e modernização, passos fundamentais para manter ativa a independência técnica estatística e a produção técnico-científica a respeito do melhor conhecimento da realidade, pilares da democracia brasileira. Para isso, inova na construção do Sistema Nacional Geociências, Estatísticas e Dados

(SINGED) por meio da experimentação do Programa Nacional de Inteligência e Governança Estatísticas e Geocientíficas para subsidiar Políticas Públicas Preditivas no Brasil por meio de grande escala computacional de processamento e do uso da ciência de dados e da inteligência artificial soberana.<sup>8</sup>

\***Marcio Pochmann**, professor titular de economia na Unicamp, é o atual presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Autor, entre outros livros, de *O sindicato tem futuro? (Expressão Popular)* [<https://amzn.to/416ZDtN>]

## Notas

1. HACKING, I. *The Taming of Chance*. Cambridge University Press, 1990; PORTER, T. *Trust in Numbers*. Princeton University Press, 1995; BAUMAN, A. *Modernidade e holocausto*. Zahar, 1998; DESROSIÈRES, A. *The Politics of Large Numbers: A History of Statistical Reasoning*. Harvard University Press, 2002; ALY, G. *Hitler's Beneficiaries: Plunder, Racial War, and the Nazi Welfare State*. St Martins Press, 2008; BLACK, E. *IBM and the Holocaust: The Strategic Alliance Between Nazi Germany and America's Most Powerful Corporation*. Dialog Press, 2012.
2. SENETTA, E. *A Sketch of the History of Survey Sampling in Russia*. Journal of the Royal Statistical Society. Series A. 148 (2), 1985; BRUNT, I. *The Advent of the Sample Survey in the Social Sciences*. [Journal of the Royal Statistical Society. Series D.](#) 50 (2), 2001; RAO, J. ; FULLER, W. *Sample survey theory and methods: Past, present, and future directions*. *Survey Methodology*. Statistics Canada. 145 Vol. 43, No. 2, 2017.
3. IMF *Consumer Price Index Manual: Theory and Practice*. 2004; DIEWERT, W. *The early history of price index research*. In: DIEWERT, W. ; NAKAMURA, O. (eds.) *Essays in Index Number Theory*. Vol. I. Elsevier Science Publishers, 1993.
4. UN *A System of National Accounts and Supporting Tables*, Studies in Methods No. 2, United Nations, Department of Economic Affairs, Statistical Office, 1953; UN *A System of National Accounts*, Studies in Methods Ser. F No. 2. Department of Economic Affairs, Statistical Office, 1968.
5. QUADROS, S. *Muito Além dos Índices: Crônicas, História e Entrelinhas da Inflação*. FGV, 2008; POCHMANN, M. *A magia nos índices de preços: uma sofisticação da política antiinflacionária no Brasil*. Revista Estudos de Planejamento, 1991.
6. ZERKOWSKI, R. ; VELOSO, M. A. *Seis décadas de economia brasileira através do PIB*. Revista Brasileira de Economia. 36 (3), 1982; BACHA, E. *Reestimating Brazil's GDP Growth from 1900 to 1980*. Revista Brasileira de Economia. 77 (3), 2023.
7. TAVARES, V. *IBGE sob ataque: como órgão se tornou alvo da direita e bolsonaristas nas redes*. BBC News Brasil, 16.06.2024; LANDIM, R. *Escolha de Pochmann para o IBGE é um perigo para as estatísticas*. CNM, São Paulo, 27/07/2023. CASA DAS GARÇAS *A tentativa de mudar qualquer coisa no IBGE vai criar confusão*. O Estado de S. Paulo, 27.11.2023.
8. PODER360 *Taxa de desemprego é mentira do IBGE, afirma Bolsonaro*. Poder 360. 27.12.2024; WHITACKER, A. *Por que há um boicote ao Censo e ao IBGE no governo Bolsonaro*. Jornal da Unesp, 06/05/2021; CURVELLO, A. *Bolsonaro questiona taxa de desemprego do IBGE e critica metodologia adotada*. Gazeta do Povo. 04.04.2019; LANG, M. *IBGE sob ataque: veja ocasiões em que Bolsonaro e Guedes criticaram o órgão*. Folha de S. Paulo, 04/04/2019. 9. POCHMANN, M. *O próximo Brasil: um olhar a partir das estatísticas*. Ideias&Letras, 2025; DANTAS, C. *Governança preditiva: o salto de dados do IBGE*. Poder360, 8.8.2025.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[CONTRIBUA](#)**